



2023

Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro

Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CONTEÚDO

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração de Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Marcio Magno
Diretor Centro de Serviços
Compartilhados
marcio.magno@agnet.com.br

Leandro Gonçalves
Gerente de Contabilidade
leandro.goncalves@agnet.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2
BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. IMPOSTOS A RECUPERAR.....	12
4. INVESTIMENTOS	13
5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	14
6. PARTES RELACIONADAS	15
7. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	16
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	16
9. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	17
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	17
11. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	18
12. RESULTADO FINANCEIRO	18
13. RESULTADO BÁSICO POR AÇÃO	18
14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	19

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos:

Acionistas e Administradores da
ANDRADE GUTIERREZ DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.
Belo Horizonte – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Standard Accounting Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas.

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, a continuidade operacional da Companhia está diretamente associada à continuidade operacional de sua investida direta, que depende do suporte financeiro de seus acionistas para a manutenção de suas atividades e com a expectativa de venda de seus dois empreendimentos imobiliários. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Ênfases

Ênfase – Inadimplência de acionistas com garantias

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, nas demonstrações financeiras, a investida indireta Parque da Lagoa Desenvolvimento Imobiliário S.A, é garantidora de três Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”), emitidas junto à Caixa Econômica Federal pelas seguintes empresas: Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A. (“AGDI”) no valor inicial de R\$19.944; Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções (“CH”) no valor inicial de R\$19.944; e OR Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. (“OR”), nova denominação de Odebrecht Realizações Imobiliárias e Participações S.A., no valor de inicial de R\$20.004, todas datadas de 23 de fevereiro de 2016. A referida garantia foi constituída através da hipoteca das unidades imobiliárias, em construção, que compõem o empreendimento denominado Torres Comerciais Parque da Lagoa (“MPC”). A Companhia informou que atualmente as tomadoras AGDI, CH e OR encontram-se inadimplentes. Até a data destas demonstrações não foi possível mostrar os impactos desta inadimplência nos ativos da Companhia

As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esses temas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2024.



Alexandre Cardoso Freitas
CRC – 1MG-060.762/O

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A.
Balço Patrimonial



Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (expressos em R\$ mil)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		-	1
Impostos a recuperar	3	3	3
Créditos com partes relacionadas		-	97
Total do ativo circulante		10	101
Não Circulante			
Créditos com partes relacionadas	6	7	-
Investimentos	4	-	10.626
Total do ativo não circulante		-	10.626
Total do ativo		10	10.727
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e subempreiteiros		65	12
Empréstimos e financiamentos	5	68.859	64.267
Salários, provisões e obrigações sociais		193	156
Débitos com partes relacionadas	6	-	1.503
Impostos e contribuições a recolher	8	117	81
Total do passivo circulante		69.234	66.019
Não circulante			
Débitos com partes relacionadas	6	2.308	-
Impostos e contribuições a recolher	8	290	176
Provisão para perdas em investimentos	4	6.054	-
Total dos passivos não circulantes		8.652	176
Total do passivo		77.886	66.195
Patrimônio líquido			
Capital social	10	57.669	57.669
Resultados acumulados		(135.545)	(113.137)
Total do patrimônio líquido		(77.876)	(55.468)
Total do passivo e patrimônio líquido		10	10.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(1.062)	(841)
Resultado de equivalência patrimonial	4	(16.680)	(13.942)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido		-	(2)
		<u>(17.742)</u>	<u>(14.785)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		<u>(17.742)</u>	<u>(14.785)</u>
Resultado financeiro, líquido	12	(4.666)	(15.662)
Resultado líquido do exercício		<u>(22.408)</u>	<u>(30.447)</u>
Resultado líquido básico por ação ordinária - R\$	13	(0,39)	(0,53)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado líquido do exercício	(22.408)	(30.447)
Resultado abrangente no exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(22.408)	(30.447)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



	Capital social	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57.669	(82.690)	(25.021)
Resultado líquido do exercício	-	(30.447)	(30.447)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	57.669	(113.137)	(55.468)
Resultado líquido do exercício	-	(22.408)	(22.408)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	57.669	(135.545)	(77.876)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (expresso em R\$ mil)



	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(22.408)	(30.447)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de Equivalência Patrimonial	4	16.680	13.942
Juros de empréstimos e financiamentos e amortizações de custo de transação	5	4.592	15.607
		(1.136)	(898)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores e subempreiteiros		53	(20)
Salários, provisões e obrigações sociais		37	26
Impostos e contribuições a recolher		150	112
		240	118
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(896)	(780)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento:			
Transações de empresas ligadas, líquido		895	740
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		895	740
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa		(1)	(40)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	41
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		-	1
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa		(1)	(40)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A. (“Companhia” ou “AGDI”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 28 de janeiro de 2014 e tem por objeto social as seguintes atividades: (I) participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista no país ou no exterior e (II) a execução, direta ou indiretamente, da incorporação, compra e venda de imóveis prontos ou a construir, residenciais e comerciais, terrenos e frações ideais, locação e administração de bens imóveis, construção de imóveis e exploração, direta ou indiretamente, da indústria hoteleira.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, no bairro Gutierrez, na Avenida do Contorno, 8.269, sala 3. A Companhia é uma holding controlada pela Andrade Gutierrez S.A. (“AGSA”), em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detinha 99,9997% do capital votante e total da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a companhia incorreu em prejuízo líquido de R\$22.408 (R\$30.447 em dezembro de 2022). Adicionalmente, nesta mesma data, o passivo circulante da Companhia excedeu em R\$69.224 o seu ativo circulante (R\$65.918 em 31 de dezembro de 2022) e seu patrimônio líquido estava negativo em R\$77.876 (R\$55.468 negativo em 31 de dezembro de 2022). A Companhia está comprometida em tomar medidas para garantir sua rentabilidade, incluindo uma análise cuidadosa e ajustes em seu endividamento. Buscamos constantemente alternativas para manter uma estrutura de dívidas equilibrada e garantir resultados positivos para nossos investimentos futuros. Embora estas condições possam sugerir incerteza relevante quanto a capacidade de continuar operando, os negócios da Companhia estão inseridos no plano estratégico de seu acionista controlador e seu grupo econômico, garantidor das operações, responsável pelo suporte financeiro necessário para a realização dos investimentos da Companhia, bem como liquidação de seus passivos.

Segmentos de atuação

A Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A. (“Lagoa da Barra” ou “LDB”) foi constituída em 8 de março de 2012 e tem como objeto social: (I) exploração comercial e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, incluindo a realização de incorporações imobiliárias; (II) execução e/ou administração dos necessários serviços e obras de construção civil no Imóvel; e (III) participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades.

A AGDI, juntamente com as empresas Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções e OR Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. (“OR”), nova denominação de Odebrecht Realizações Imobiliárias e Participações S.A. são acionistas da Lagoa da Barra, cada uma possuindo um terço das ações.

A LDB é acionista detentora de 100% das ações ordinárias da empresa Parque da Lagoa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (“Parque da Lagoa” ou “PDL”), empresa que foi responsável pela construção de dois empreendimentos imobiliários obrigatórios para atender os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, sendo eles: o *Main Press Center* (Centro de Mídia Escrita), local utilizado pela mídia escrita durante o evento e o *IBC Offices*, utilizado como centro de operações do IBC (Centro Internacional de Radiodifusão). Além disso, a LDB foi contratada pela Rio Hotel Empreendimentos Imobiliários Ltda, para administrar a construção do único hotel dentro do Parque Olímpico, que foi entregue no prazo determinado pelo contrato, para atender os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

A Parque da Lagoa irá desenvolver, gradualmente, empreendimentos comerciais e residenciais nos lotes provenientes da Parceria Público-Privada do Parque Olímpico, estruturando um novo bairro na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.

A LDB informa ainda que sua investida Parque da Lagoa é garantidora de três Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”), emitidas junto à Caixa Econômica Federal, sendo uma pela Companhia no valor inicial de R\$19.944; uma pela Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções (“CH”) no valor inicial de R\$19.944; e outra pela OR Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. (“OR”), nova denominação de Odebrecht Realizações Imobiliárias e Participações S.A., no valor de inicial de R\$20.004, todas datadas de 23 de fevereiro de 2016. A referida garantia foi constituída através da hipoteca das unidades imobiliárias, em construção, que compõem o empreendimento denominado Torres Comerciais Parque da Lagoa (“MPC”).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)) – Pagamento Baseado em Ações, operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) – Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 30 de abril de 2024.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração e preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou-se de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas tempestivamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7:** Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

2.3. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.4. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

2.4.1. Normas emitidas e revisadas em vigor no exercício presente

O Grupo AG aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo AG decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Norma	Descrição da alteração
CPC 50 (R1) – Contrato de seguro	Nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).
CPC 23 (R1) – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa	Esclarece a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros.
CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras	Fornecer orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis.
CPC 32 (R1) – Tributo sobre o Lucro	Estreita o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.4.2. Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da alteração
CPC 06 (R1) – Arrendamentos	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. IMPOSTOS A RECUPERAR

3.1 Política contábil

Nesta rubrica, são reconhecidos os saldos de créditos tributários a recuperar, que tem origem, em retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras. A Companhia reconhece os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e quando o referido imposto é retido pela instituição financeira. Esses créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para compensar eventuais saldos a recolher provenientes de suas operações.

3.2 Composição

	31/12/2023	31/12/2022
IR retido na fonte	3	3
	3	3

4. INVESTIMENTOS

4.1. Política contábil

A Companhia classifica uma investida como controlada quando detém o poder de influenciar, de forma unilateral, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

As controladas em conjunto, são aquelas investidas sobre as quais a Companhia compartilha o controle com outros sócios, sem que possa exercer o controle unilateral, e que exigem consenso para que as decisões estratégicas da investida sejam aprovadas.

Para fins de apresentação, a Companhia reconhece as participações societárias líquidas positivas como “Investimentos” e quando a participação societária em um investimento resulta em valor negativo, o valor do investimento é registrado como “Provisão para perdas em investimentos”.

As informações financeiras de controladas e *joint ventures* são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que o controle total ou controle conjunto se inicia até a data em que deixa de existir. As principais políticas contábeis da controlada e *joint ventures* estão alinhadas às políticas contábeis aplicadas pela Companhia.

A mensuração da participação da Companhia na posição patrimonial de sua investida é feita através do método de equivalência patrimonial.

4.2. Composição e movimentação do investimento

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a única participação societária da Companhia refere-se ao investimento de 33,30% no capital social da controlada em conjunto Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A.

A tabela a seguir demonstra a movimentação do saldo de investimentos da Companhia:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
	Saldo ativo de investimentos	Equivalência	Saldo provisão perdas em investimentos	Saldo provisão perdas em investimentos
Controladas				
Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A. (a)	10.626	(16.680)	(6.054)	(6.054)
	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
	Saldo ativo de investimentos	Equivalência	Saldo ativo de investimentos	Saldo ativo de investimentos
Controladas				
Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A.	24.568	(13.942)	10.626	10.626

(a) Além da participação proporcional no patrimônio da investida, encontra-se registrado um ágio proveniente da aquisição da controlada em conjunto Lagoa da Barra no valor acumulado de R\$301.

4.3. Informações relevantes sobre o investimento

O resumo das informações financeiras da controlada em conjunto, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser assim demonstrado:

Lagoa da Barra	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	353	896
Ativo não circulante	20.186	65.236
Passivo Circulante	149	114
Passivo não circulante	39.473	35.011
Patrimônio líquido	(19.083)	31.007
Despesas gerais e administrativas	(601)	(223)
Resultado de equivalência patrimonial	(45.049)	(38.316)
(Provisões) / reversões para riscos e contingências	-	(2)
Resultado financeiro líquido	(4.440)	(3.328)
Resultado do exercício	(50.090)	(41.869)

5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

5.1. Política contábil

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados ou na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente leva em consideração a apropriação dos juros contratuais pactuados, eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas, e utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2023, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

5.2. Movimentação

	Empréstimos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.660
Juros apropriados	15.607
Saldo em 31 de dezembro de 2022	64.267
Juros apropriados	4.592
Saldo em 31 de dezembro de 2023	68.859

Em 22 de dezembro de 2015, a Companhia contratou um empréstimo com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$28.000, nas seguintes condições: (I) encargos 100% do DI CETIP + taxa de juros de sobre-preço de 0,36% a.m.; (II) prazo de 36 meses, sendo 12 meses de carência com pagamento de juros mensais e 24 meses de amortização de principal mais juros pelo sistema de amortização constante – SAC; (III) garantia real: hipoteca de 33,30% do Lote 2 do PAL 48434 e Lote 21 do PAL 48085 (terrenos de propriedade da Concessionária Rio Mais S.A.); e (IV) os recursos da operação foram utilizados para integralização de capital social da Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A. e, posteriormente, no Parque da Lagoa Desenvolvimento Imobiliário S.A. Os recursos do referido empréstimo foram recebidos pela Companhia no dia 13 de janeiro de 2016 no montante de R\$27.195 líquido de IOF e tarifa da operação, os quais foram utilizados no dia 14 de janeiro de 2016 no aumento de capital social da LDB. A referida dívida não possui cláusulas restritivas (*covenants*).

Em 23 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$19.944 nas seguintes condições: (I) encargos equivalente a 139% do DI CETIP; (II) prazo de 36 meses, sendo 26 meses de carência com pagamento de juros mensais e 10 meses de amortização de principal mais juros pelo sistema de amortização constante – SAC; (III) garantia real: hipoteca de 100% de 1/3 das unidades imobiliárias do edifício Torres Comerciais Parque da Lagoa, que foi construído na Avenida Embaixador Abelardo Bueno nº 4801, conforme registros nº 05 e nº 06 da matrícula nº 389598 do 9º Ofício de Registro de Imóveis da Capital do Estado do Rio de Janeiro (de propriedade da Parque da Lagoa); e (IV) os recursos da operação foram utilizados para integralização de capital social da Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A. e, posteriormente, no Parque da Lagoa. A referida dívida não possui cláusulas restritivas (*covenants*).

A Companhia informa que realizou a renovação dos saldos remanescentes destas dívidas, que foi pactuada sob as mesmas condições anteriormente descritas e com prazo de vencimento para 22 de fevereiro de 2019. Ao longo de 2022, a Companhia e a Caixa Econômica Federal efetuaram negociações para a definição de um novo cronograma de amortização e pagamento de juros. Em 31 de dezembro de 2023, estas negociações ainda não estavam concluídas.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. Política contábil

O Grupo AG adota a prática contábil de reconhecer os seus adiantamentos para futuro aumento de capital no Ativo, pela Companhia que envia e no passivo pela companhia que recebe.

6.2. Composição

Os saldos entre partes relacionadas estão compostos como segue:

	Natureza	31/12/2023		31/12/2022	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Controladora direta</i>					
Andrade Gutierrez S.A.	AFAC	-	-	-	1.494
<i>Outras Partes Relacionadas</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	-	-	2
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Nota de débito	-	-	97	-
CONSAG Engenharia S.A.	Nota de débito	-	-	-	7
		-	-	97	1.503
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladora direta</i>					
Andrade Gutierrez S.A.	AFAC	-	2.299	-	-
<i>Outras Partes Relacionadas</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	2	-	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Nota de débito	7	-	-	-
CONSAG Engenharia S.A.	Nota de débito	-	7	-	-
		7	2.308	-	-

7. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

7.1. Política contábil

Provisões para riscos

A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos, os quais concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para riscos são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração monitora periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e nas políticas internas, constitui novas provisões sempre que surgem novos processos com prognóstico de perda provável ou há uma mudança desfavorável na estimativa de perda. Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos são reconhecidos diretamente no resultado do período em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente divulgados.

Também podem existir processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, exigindo apenas a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidas quaisquer provisões ou divulgações.

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia não é parte passiva em nenhum processo em que exista algum tipo de probabilidade de perdas prováveis ou possíveis, conforme analisado pelos seus assessores jurídicos.

7.2. Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária

No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise pelos respectivos Escritórios Jurídicos dos processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF	22	28
Parcelamentos (a)	385	229
	407	257
Circulante	117	81
Não Circulante	290	176
	407	257

(a) A Companhia efetuou requerimento de parcelamento Ordinário/Simplificado Lei nº10.522/2002, dentro dos limites permissivos na legislação vigente para quitar débitos vencidos. O saldo do parcelamento é atualizado pela SELIC e será quitado em 60 parcelas.

9. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

9.1. Política contábil

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do período. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período às alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes utilizadas para fins de cálculo dos impostos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas sobre as diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data do balanço.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentado em projeções internas da Companhia.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto das incertezas relacionadas às posições tributárias assumidas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser feito. A Companhia e acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto com base na avaliação de vários fatores, incluindo interpretações das leis tributárias e experiência passada. Essa avaliação é feita com base em estimativas e premissas que podem exigir uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser divulgadas, o que exigiria que a Companhia alterasse seu julgamento sobre a adequação da provisão existente; essas mudanças impactarão as despesas de imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exigível de compensar ativos fiscais correntes com passivos fiscais correntes e quando se referem a impostos sobre a renda cobrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais esses prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizado, limitado a 30% do lucro tributável anual.

9.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A companhia não realizou a constituição do imposto de renda e contribuição social diferido neste exercício.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é composto por 57.669.407 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 por cada ação. O capital social da Companhia é composto conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações mil	%	Ações mil	%
Andrade Gutierrez S.A.	57.669.207	99,99965%	57.669.207	99,99965%
Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A	200	0,00035%	200	0,00035%
	57.669.407	100%	57.669.407	100%

11. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

11.1. Política contábil

Os custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

11.2. Composição

A composição dos custos e despesas por natureza podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas
Salários e encargos sociais	(919)	(682)
Contratação de serviços de terceiros	(137)	(153)
Outros	(6)	(6)
Total	<u>(1.062)</u>	<u>(841)</u>

12. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.592)	(15.607)
Impostos, taxas e encargos	(1)	(1)
Outras despesas financeiras	(73)	(54)
	<u>(4.666)</u>	<u>(15.662)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(4.666)</u>	<u>(15.662)</u>

13. RESULTADO BÁSICO POR AÇÃO

13.1. Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

13.2. Composição

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultados atribuíveis aos proprietários da Empresa	(22.408)	(30.447)
Média ponderada das ações ordinárias	57.669	57.669
Resultados por ação - R\$	<u>(0,39)</u>	<u>(0,53)</u>

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1. Política contábil

Reconhecimento e mensuração inicial

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Passivos financeiros

Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou

Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Companhia pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Nível	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-	1	-	
Créditos com partes relacionadas		-	7	-	97	
		-	7	1	97	
Passivos						
Fornecedores e subempreiteiros		-	65	-	12	
Empréstimos e financiamentos		-	68.859	-	64.267	
Débitos com partes relacionadas		-	2.308	-	1.503	
		-	71.232	-	65.782	

Hierarquia de valor justo

Nível 1: Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis; e

Nível 3: Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A companhia não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- Análise de fluxos de caixa descontados.

b) Gerenciamento de riscos

Os mapeamentos de riscos foram segregados em duas categorias: (i) Risco de capital, que é o risco de a Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo; (ii) Risco de mercado, é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

i. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os índices de endividamento líquido são conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	68.859	64.267
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	-	(1)
Dívida líquida ("DL")	68.859	64.266
Patrimônio líquido ("PL")	(77.876)	(55.468)
DL / PL	-88,42%	-115,86%

ii. Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos de taxa de juros

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos e financiamentos contratados vinculados à Taxa DI. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos financeiros para a proteção contra a variação das taxas.

Análise de sensibilidade da exposição da Companhia à taxa de juros

Com base nas projeções de longo prazo do Banco Central, divulgado no boletim focus em 08 de março de 2024, a Companhia adotou como cenário base, a taxa DI estimada de 9% a.a. para 31 de dezembro de 2024 (Cenário atual da Cetip taxa 11,65% a.a.). Os efeitos das variações deste índice no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2024, foi efetuada a partir da média ponderada dos contratos em aberto atrelados à Taxa DI, em três cenários. Cenário base, aumento de 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II e III, respectivamente.

Operação	Risco	<u>31/12/2023</u>	<u>Período até 31 de dezembro de 2024</u>		
		Cenário Atual % a.a.	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI	Taxa DI	11,7%	9,0%	11,3%	13,5%

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

Passivos expostos	Risco	<u>31/12/2023</u>	<u>Período até 31 de dezembro de 2024</u>		
		Cenário Atual % a.a.	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Empréstimos	Taxa DI	68.859	(6.197)	(7.746)	(9.296)
Exposição líquida (resultado)			(6.197)	(7.746)	(9.296)

Fernando Santos Salles
 Gustavo Braga Mercher Coutinho
 Paulo Márcio de Oliveira Monteiro
DIRETORES

Leandro Mariano Gonçalves
 CRC MG 105.896/O-1
CONTADOR RESPONSÁVEL